

“SEM CONDIÇÃO”

A relação civil x militar no ambiente universitário do Curso de Bacharelado em Segurança Pública – UFF¹

Thayná Moreira Cardoso de Carvalho Grandin

Doutoranda em Antropologia/UFF

INCT-INEAC – GEPADIM - PPGA - UFF

thaynagrandin@id.uff.br

RESUMO

Com minha pesquisa tenho como objetivo discutir as moralidades em jogo na relação civil-militar no ambiente universitário. Nesse sentido, através do trabalho de campo, pretendo descrever o processo de socialização acadêmica dos agentes de Segurança Pública como alunos do Curso de Bacharelado em SPU – UFF. E mais especificamente, demonstrar as diferentes sensibilidades que envolvem as relações entre as práticas militares e as formas de administração de conflitos na universidade. Nesse sentido, buscarei apresentar a estrutura metodológica do curso como um diferencial para se pensar no tema de forma crítica-reflexiva, provocando o estranhamento e a interpretação das diferentes relações e contextos sociais. Este é um estudo inicial na minha pesquisa de doutorado, o qual pretendo desenvolver durante a pesquisa de campo com base nas observações etnográficas, entrevistas e participação no ambiente de aprendizagem do curso.

Palavras-chave: Segurança Pública; Relação civil x militar; Universidade;

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

Introdução

Desde o final do séc. XX, estudos sobre a Segurança Pública vêm se desenvolvendo através de diversos projetos de pesquisas, cursos de extensão e pós-graduação lato sensu ofertados pela Universidade Federal Fluminense em parceria com Instituições da área de Direitos Humanos, Justiça Criminal e Segurança Pública.

O curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social - UFF, que teve início em 2012, foi primeiro curso de graduação dedicado ao tema no Brasil (SILVA,2025), com oferta pública e entrada através de vestibular, tendo o objetivo de formar profissionais aptos a reflexão sobre a segurança pública a partir do ponto de vista da sociedade. O que o torna inovador, visto que difere das abordagens sobre o tema nos estudos dogmáticos do Direito e das práticas estatais repressivas dos cursos militares.

Os interessados pelo curso de bacharelado, sendo civis ou militares, após aprovação no vestibular são direcionados a grade de disciplinas e aos horários de aula praticadas pelo ensino presencial no campus da universidade. Esse contato entre as diferentes moralidades vivenciadas por estes calouros, junto ao contato com os estudos científicos sobre novas formas de administração de conflitos formam o ambiente acadêmico do curso.

A primeira parte deste trabalho apresenta brevemente ao leitor a estrutura do curso de Bacharelado em Segurança Pública como forma de ambientá-lo perante a sua vinculação junto a Universidade Federal Fluminense, sua modalidade de ensino, as perspectivas metodológicas e objetivos gerais do curso.

Em seguida, início a discussão de como ocorre a socialização acadêmica dos alunos, agentes da segurança pública no convívio universitário. O embate nas moralidades civil-militar é visivelmente percebido quando os agentes da segurança pública entram no campo acadêmico e se deparam com práticas universitárias do campus.

Parte dos conflitos acadêmicos originam pelo fato de que o status de autoridade vivenciado no ambiente de trabalho por esses profissionais não tem qualquer aplicabilidade no ambiente universitário, sendo necessária sua adequação como aluno, e consequentemente o reconhecimento do professor como autoridade.

No ambiente acadêmico o agente fica sem condição de polícia (RODRIGUES,2022; SILVA,2019), pois é aluno e como aluno deve se portar sem qualquer hierarquia, distinção ou privilégio em relação aos demais. O que torna o ambiente democrático para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma dialógica.

A Universidade tem papel fundamental na produção e propagação do conhecimento científico nos estudos relacionados a área da segurança pública. E o curso de Bacharelado, oferece a possibilidade de um olhar diferenciado sobre os assuntos relacionados a este campo.

Neste trabalho pretendo demonstrar as diferentes sensibilidades que envolvem as relações entre as práticas militares e as práticas universitárias, como são interpretados os papéis de autoridade em cada contexto e as diferentes formas de administração de conflitos pelos atores.

A compreensão dos alunos sobre a segurança pública pelo olhar das ciências sociais - provocando-lhes o estranhamento das próprias práticas e o pensamento crítico e reflexivo - pode ser oportunidade para a produção do conhecimento pelos próprios agentes do campo.

Assim, convido o leitor a pensar a Segurança Pública, não como uma questão de polícia, mas como uma pauta social, que deve mobilizar instituições e atores a interpretar, pensar, produzir e dialogar sobre o tema, ao invés de apenas reproduzir práticas fadadas ao insucesso.

O curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social

Com o objetivo de ambientar o leitor sobre a estrutura do curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social, antes de adentrar especificamente no tema central da pesquisa, considero importante tecer alguns breves comentários sobre a estrutura de ensino oferecida por este curso da Universidade Federal Fluminense.

O curso é vinculado ao Instituto de Administração de Conflitos - IAC-UFF² -

² O IAC/UFF tem a finalidade de institucionalizar a reprodução ampliada dos resultados das pesquisas realizadas no âmbito do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, rede internacional criada dentro de um programa do MCTI e financiada pelo CNPq, CAPES e FAPERJ desde 2009. O IAC abriga, além do Curso de Bacharelado em Segurança Pública, um Departamento de Segurança Pública, um curso de Tecnologia em segurança pública e social e um curso de mestrado acadêmico em Justiça e Segurança, vinculado à área de Antropologia da CAPES.

unidade de ensino instaurada pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT-InEAC), e seu conteúdo é fruto dos diversos estudos desenvolvidos, através dos cursos e projetos de pesquisas da Universidade desenvolvidos em parceria com instituições da área de Direitos Humanos, Justiça Criminal e Segurança Pública.

Trata-se de um curso de graduação, oferecido na modalidade presencial de ensino, com duração de 8 a 12 semestres, com aulas semanais, de segunda a sexta, ministradas no período noturno na sede do Instituto de Administração de Conflito, situado no Campus Universitário da UFF. Seu conteúdo didático é pautado no resultado das pesquisas empíricas e bibliográficas, produzidas pelos pesquisadores do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC - UFF).

O curso tem como objetivo formar profissionais para atuarem nas instituições, públicas ou privadas, com capacidade de desempenhar atividades de pesquisa, gestão, elaboração e análise de projetos e políticas públicas na área da segurança pública; e assim fomentar práticas que reflita os interesses da sociedade.

A formação metodológica do curso é pautada por uma perspectiva comparada e multidisciplinar oriunda das atividades de pesquisa e ensino sobre a área da Segurança Pública e Social.

Em sala de aula, possivelmente frequentada por civis e militares, os estudos são colocados sob discussão como forma de estimular o pensamento critico-reflexivo aos assuntos relacionados ao tema.

Importante mencionar que o curso é aberto ao público em geral, então eventualmente quando um militar se inscreve e passa no vestibular isso é feito de forma voluntária, sem qualquer vinculação com a instituição na qual atua profissionalmente. E na universidade, este aluno vivencia o campus como universitário, sem qualquer distinção, hierarquia ou autoridade perante os demais colegas de turma.

Além das disciplinas que compõe a grade curricular, ao final o aluno deve apresentar o trabalho de conclusão do curso. Isso promove ao aluno a possibilidade de pesquisar sobre seu campo de interesse/atuação, como autor na produção do conhecimento sobre a segurança pública. E sendo bem qualificado, ainda há a possibilidade de publicação em revistas científicas da área, caso seja a vontade do estudante.

Além disso, durante os 4 anos de curso, são apresentados aos alunos os vários grupos de pesquisas coordenados pelos professores vinculados ao InEAC; bem como os movimentos estudantis, aos quais os alunos podem se vincular. O que possibilita a interação acadêmica do grupo estudantil para além dos momentos vivenciados nos horários de aula.

Conforme já mencionado, a Universidade Federal Fluminense foi a primeira instituição de ensino no país a instaurar um curso sobre essa temática, e desde 2012 vem formando diversos profissionais pelo campo científico, público e social, firmando o compromisso da promoção do conhecimento e desenvolvimento humano.

Relação civil x militar no ambiente acadêmico

O Curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social – UFF, é aberto ao público em geral, e diante da temática acaba por atrair o interesse de profissionais já atuantes na área da segurança pública. Então, policiais militares, integrantes das forças armadas, guardas-municipais, dentre outros agentes da segurança pública, buscam no curso a oportunidade de aprofundar os estudos em sua área de atuação profissional.

Assim, após a aprovação no vestibular, eles passam a integrar a turma de calouros junto dos demais estudantes. Essa interação entre civis e militares dentro de sala de aula e no campus universitário, gera a percepção das diferentes moralidades vivenciadas entre os alunos.

Por não haver qualquer vinculação entre o curso e as instituições militares, ainda que alguns alunos sejam agentes da segurança pública, eles não devem comparecer fardados. Isso porque a farda está diretamente vinculada a diferenciação por patentes, e ao porte de arma ostensivo; e nenhuma dessas condutas são admitidas no ambiente da Universidade Pública.

Então essa identificação como militar na turma se dá na medida em que assim se apresentam, ou são percebidas pela postura autoritária, corte de cabelo, entonação de voz nas argumentações, caracterizando o espírito militar (CASTRO, 2004) que acompanha esses profissionais diante de sua vivência profissional militarizada.

O embate diante da socialização dos agentes com as regras universitárias ocorre na medida que eles passam a ser alunos, despidos da autoridade concedida pelo Estado mas tem dificuldade de se enxergar nessa posição devido a bagagem militarizada que

carregam consigo.

Ou seja, se no ambiente de trabalho estes indivíduos são profissionais detentores do poder do Estado capazes de direcionar e restringir a ação social (MITCHELL,1999), dentro de sala de aula esses indivíduos são alunos que devem se comportar conforme as regras universitárias.

Daí tendem a surgir conflitos dentro da universidade na tentativa dos alunos (agentes da segurança pública) em querer estabelecer práticas não condizentes com as regras acadêmicas. A “cola” por exemplo, apesar de não ser uma particularidade do aluno do Bacharelado em Segurança Pública, quando este busca essa consulta não autorizada seja em meios digitais ou em conversa com outro colega durante a avaliação, sob a justificativa de querer ter uma nota boa, ele descarta os meios e se preocupa apenas com os fins, ao pensar que o interesse próprio atenua moralmente o ato (MISSE,2010), ainda que atente contra a ética da universidade.

E quando neste cenário o aluno envolvido é agente da segurança pública, cabe a ele se reconhecer enquanto aluno e mudar sua postura diante da repreensão do professor, sem retrucar ou querer impor autoridade onde não lhe cabe. Pois em sala de aula o professor é a autoridade que fiscaliza o aluno no momento da realização da prova para garantir a lisura da avaliação.

Nesse momento ocorre a inversão de posturas, pois o indivíduo que está acostumado a exercer o papel profissional de fiscalizar a sociedade, em sala de aula assume o papel de estudante e passa a ser fiscalizado pelo professor durante a avaliação, a fim de que as regras universitárias sejam cumpridas.

Logo, insistir na prática da cola, é se utilizar de uma moral privada com base no interesse próprio (MISSE,2010) como justificativa para se valer de uma vantagem não permitida no contexto da avaliação.

Trocas ilícitas de todo o tipo, envolvendo agentes públicos, acompanham a tendência utilizada em diversas situações por policiais e se estende a todo tecido social (MISSE,2010). Essa troca de interesses e recursos são negociadas entre as partes para atender os interesses individuais dos envolvidos – sendo uma das partes o agente público, estando excluído o interesse do Estado.

Ainda no contexto universitário de realização de prova, trago um exemplo que já foi descrito em dissertação de mestrado do curso de Sociologia e Direito – PPGJS/UFF (FERREIRA,2019). O aluno, agente da segurança pública, ao precisar de mais tempo para

a realização da prova (além do tempo permitido pela universidade), ao saber que a tutora que aplicava a prova estava há 4 meses sem receber sua remuneração, abriu a carteira e lhe ofereceu uma nota de vinte reais na tentativa de obter mais tempo para poder concluir sua avaliação. A tutora, percebendo o insulto moral (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008), virou as costas e seguiu em direção a outra sala.

Ou seja, o aluno demonstrou estar familiarizado com a prática do arrego (PIRES, 2010), e tentou aplicar no ambiente universitário, mas dessa vez não estava na posição da autoridade e assim teve negada a oferta da propina e consequentemente não atingiu seu objetivo de concluir a prova em período superior ao permitido pela Universidade.

Conforme os ensinamentos de Pires (2010) a “propina” é oriunda de uma relação assimétrica, no “arrego”, a qual de um lado encontra-se o uso de potencial violência por parte do agente policial enquanto autoridade e de outro a parte subalterna, que se submete ao esquema mesmo considerando-o injusto e abusivo; ambos os lados com finalidade de alcançar seus interesses pessoais.

Todavia, dentro de sala de aula a autoridade é conferida ao professor; logo o aluno, ainda que agente da segurança pública, deve se submeter as regras universitárias, sem reproduzir em sala de aula as práticas operacionalizadas em seu ambiente de trabalho.

Em tese, intitulada “Sociedade dos Esquemas: uma etnografia sobre candidatos à carreira policial militar no subúrbio carioca”, defendida em 2022 por Eduardo Rodrigues no Programa de Pós-Graduação em Antropologia -PPGA/UFF, o autor demonstra o interesse dos candidatos ao concurso da PMERJ não apenas pelo cargo público mas também pelas vantagens ligadas a profissão nos mais diversos contextos sociais.

Esse interesse se relaciona a maneira como os candidatos identificam as possibilidades de atuação social oriundas da profissão; não apenas pela estabilidade de um cargo público, pelo porte de arma, ou pela adrenalina do dia a dia do trabalho ostensivo, mas também pelos privilégios que podem ser usufruídos pelo status de autoridade social.

Na tese, Rodrigues (2022) descreve diversos exemplos nos quais os agentes apresentam as carteiras funcionais para obter vantagens em diferentes cenários, desde entrar em um evento sem pagar pelo ingresso, até receber gratuitamente lanches do comércio local. O autor ainda relaciona a negociação desses privilégios a negociação de bens - que Misse (2010) compreende como mercadorias políticas - e consequentemente a ascensão pelo status de ser policial.

Nesse contexto, o desejo dos candidatos em obter a condição de polícia (RODRIGUES,2022; SILVA,2019) ao ser aprovado no concurso, representa a possibilidade de auferir capitais econômicos, sociais e simbólicos pelo exercício formal e informal da profissão, ser agenciadores de esquemas e trocas de interesses junto a sociedade civil, dentro ou fora do horário regular de trabalho.

Já na universidade, esses estudantes profissionais da segurança pública são levados a perceber que não tem a condição de polícia (RODRIGUES,2022; SILVA,2019) para negociar esquemas e burlar as regras universitárias; e passam por um processo de socialização acadêmica para conhecerem as práticas civis universitárias e se adequarem como estudantes da Universidade Federal Fluminense.

Logo, ao adentrarem na Universidade Pública, o agente da segurança pública frequenta o campus universitário como aluno, sem qualquer distinção ou privilégio, e, além do conhecimento ministrado nas aulas, é adaptado - ou readaptado - a vivências civis de interação, diálogo e entrosamento com o corpo docente e demais colegas de turma.

O curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social – UFF propõe o estudo sobre formas de produção de conhecimento e saberes sobre a justiça e segurança pública sobre a perspectiva antropológica. E isso permite que o aluno, agente de segurança pública, reflita sobre suas próprias práticas e produza conhecimento científico em seu campo de atuação.

O curso é destinado a qualquer pessoa, com formação no ensino médio, que tenha interesse em uma formação profissional capaz de contribuir para a segurança pública pelo olhar da sociedade; e isso promove a interação de diferentes moralidades no diálogo sobre a segurança pública, e a produção de novos saberes e formas de produção do conhecimento através da perspectiva antropológica (EILBAUM, 2022).

Ao buscar um conhecimento sobre a Segurança Pública diferente do que é transmitido na caserna (SILVA,2011), o agente através do saber científico aprende a fazer o estranhamento e desnaturalização de suas próprias práticas. E assim adquire uma percepção com uma nova gramática na interpretação das culturas e na compreensão das relações sociais (GEERTZ, 1978).

O INCT-InEAC, instituto ao qual o curso de Bacharelado está vinculado, tem como objetivo colaborar com a inovação das tecnologias sociais voltadas para a administração institucional dos conflitos na sociedade brasileira, a partir da produção de pesquisas empíricas de natureza etnográfica, que permitam propor e avaliar políticas

públicas na área da Segurança Pública e do Acesso à Justiça. (GERALDO e KANT DE LIMA, 2022)

A perspectiva comparada adotada pelas pesquisas da rede é um recurso essencial na produção de conhecimento e na compreensão das realidades sociais pesquisadas (KANT DE LIMA, PIRES e EILBAUM, 2010). E o modo de interpretar o outro (GEERTZ, 1978), a fim de ensinar o aluno a desnaturalizar suas práticas para entender o modo de vida de cada grupo social, também é ensinado nos estudos do curso de Bacharelado em Segurança Pública e Social -UFF.

Como exemplo da produção do conhecimento a partir do estranhamento das próprias práticas, o livro de Italo Ferreira (2022), pesquisador e policial militar reformado, intitulado “Entre Mercadoria e Autos de resistência”, descreve as práticas policiais a partir de suas memórias etnográficas e assim promove a reflexão crítica sobre a atuação, moralidades e dinâmicas que envolvem o trabalho policial.

Trabalhos como o de Ferreira (2022) demonstram como o saber científico, antropológico, produzido nos estudos da universidade podem ser direcionados para repensarmos as práticas da segurança pública, para além dos conhecimentos dogmáticos oferecidos pelo campo do direito e práticas repressivas ensinadas nas academias militares.

O curso de Bacharelado em Segurança Pública, ao propor aos estudantes a reflexão sobre a segurança pública pelo ponto de vista da sociedade, os convida a fazer o estranhamento para conhecer, compreender e refletir sobre conhecimentos e perspectivas distintos dos seus, diferentemente do ensino que o agente de segurança pública vivencia em seu curso de formação militar, no qual não há essa possibilidade de reflexão (COSTA, 2021).

Ao utilizar pesquisas empíricas de método comparativo em seu conteúdo didático, o curso estimula o pensamento crítico, reflexivo e amplia o horizonte compreensivo do intérprete ao confrontar possibilidades diversas de organizar a vida e equacionar conflitos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010). Assim, o curso, através do ensino público e de qualidade, tem desempenhado o papel de produzir conhecimento científico e oferecer esse conhecimento a sociedade, ensinando ao estudante a pensar com senso crítico e reflexivo sobre as práticas sociais e a compreender o ponto de vista do outro sobre os temas relacionados à segurança pública.

Em minha tese, pretendo desenvolver a pesquisa de campo no ambiente universitário do curso de bacharelado em Segurança Pública – UFF a fim de observar e

descrever as moralidades entre as relações civil-militar e apresentar as sensibilidades que envolvem as práticas de administração de conflitos no ambiente universitário (GERALDO e KANT, 2022).

Considerações Finais

Através do Curso de Bacharelado em Segurança Pública – UFF os estudantes são apresentados a saberes sobre a segurança pública diferentes dos que geralmente são oferecidos nas faculdades de Direito e nas academias militares. Esses alunos, através dos estudos baseado nas ciências sociais, são levados a refletir com um novo olhar a respeito das práticas de administração de conflitos na sociedade.

Ainda que eventualmente a turma seja composta por civis e militares, estes não estão matriculados sob nenhuma vinculação com suas corporações, ou seja, são alunos da universidade pública sem qualquer hierarquia, patente ou controle institucional. Fato que possibilita um diálogo livre e reflexivo em sala de aula entre todos os colegas de turma.

Essa construção do conhecimento baseado nos estudos da segurança pública sob o olhar da sociedade, conforme é apresentado pelo curso, é uma verdadeira inovação nos estudos relacionado ao campo. Visto que até então, o tema era discutido apenas sob o viés dogmático e repressivo nas universidades de Direito e nas academias militares.

A falta de diálogo entre as instituições públicas, tratando aqui mais especificamente das instituições da área de segurança pública, decorre justamente das rivalidades e hierarquias que travam entre si. Ou seja, os profissionais agentes da segurança pública não são estimulados a dialogar com profissionais de outras corporações, e menos ainda com a sociedade.

Já no ambiente universitário, o Curso estimula o diálogo na discussão de textos acadêmicos, com base nas pesquisas científicas sobre a segurança pública, e possibilita ao aluno a interpretar os modos de vida do outro e o alcance a diferentes moralidades que permeiam as práticas sociais (GEERTZ, 1997).

O grande desafio acadêmico do curso é fazer com que esses estudantes pratiquem essa nova forma de olhar para a segurança pública, tentando associar pesquisa científica e prática, refletindo criticamente com os instrumentos das ciências sociais sobre as questões da segurança pública.

Ora, não há como produzir políticas públicas, seja na área de segurança pública

ou qualquer outra área, sem considerar o ponto de vista e interesses daqueles que estão inseridos nos contextos sociais, sem entender as tradições culturais, e as dinâmicas do grupo, considerando suas diversidades locais. Assim, preparar profissionais aptos a pensar a segurança pública sob a óptica da sociedade, é promover o diálogo com a diferença.

E o impacto dos resultados obtidos pelo curso através desses estudos não é algo que será obtido por meio de dados estatísticos a respeito dos índices criminais; mas é algo produzido dia após dia, não pelo curso diretamente, mas pelos próprios egressos, através dessa nova visão que o curso oferece.

Assim se torna essencial a continuidade de pesquisas etnográficas nesse campo de conhecimento. Pois é papel da Universidade Pública produzir conhecimento sob o olhar social, e o curso de Bacharelado em Segurança Pública propõe a discussão sobre a temática a partir do saber das ciências sociais, direcionando o olhar do estudante para uma nova forma de interpretar o outro e a sociedade.

Conforme foi demonstrado, o projeto desenvolvido no curso é reflexo de um trabalho institucional organizado academicamente, envolvendo profissionais engajados que acreditam na capacidade desse curso como ferramenta de contribuição ao desenvolvimento social.

Nesse sentido, pretendo dar continuidade na pesquisa ao decorrer do doutorado, e espero que o meu trabalho contribua para a construção de novos saberes, com maior interação entre os operadores da segurança pública e o campo acadêmico, e melhor reflexão sobre o saber científico auferido nas pesquisas etnográficas nessa área de conhecimento, estimulando o estranhamento e estudo de seu próprio campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASTRO, Celso. O Espírito Militar – um antropólogo na caserna. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. Existe violência sem agressão moral?. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Vol. 23, n. 67, p. 135-146, Junho/2008.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. Concepções de igualdade e (des)igualdades no Brasil (uma proposta de pesquisa). In: KANT DE LIMA, Roberto. EILBAUM, Lucía. PIRES, Lenin (Org.) **Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada**, Vol.1. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2010.
- COSTA, Perla A. B. O. Como nasce uma gansóloga?: Uma análise da formação acadêmica de uma praça Policial Militar. REVISTA CAMPO MINADO, n.1, p. 114-134. Niterói, 2021.
- EILBAUM, Lucía. O dedo na ferida: uma etnografia de práticas e valores da atividade policial. In: FERREIRA, Italo Couto. **Entre Mercadorias Políticas e Autos de Resistência**. Memórias Etnográficas de um Oficial do Extinto 1º BPM da PMERJ. SP: Editora Dialética, 2022.
- FERREIRA, Erika G. **Na faculdade a gente aprende a pensar**. Uma análise da socialização acadêmica dos alunos do Curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social da UFF. Dissertação de mestrado em Sociologia e Direito - UFF, 2019.
- FERREIRA, Italo Couto. **Entre Mercadorias Políticas e Autos de Resistência**. Memórias Etnográficas de um Oficial do Extinto 1º BPM da PMERJ. SP: Editora Dialética, 2022.
- FARIAS, Camila. **Jovens Policiais no Rio de Janeiro**. Col. Conflitos, Direitos e Sociedade. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.
- GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”; “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa”. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. In: **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GERALDO, Pedro. H.B. e KANT DE LIMA, Roberto. Conflitos em Formação. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 16, p 30-49, 2022.

GRANDIN, Thayná. **Os agentes de segurança pública entram em campo: o encontro com novos saberes a partir de uma pesquisa etnográfica sobre o curso de Tecnologia em Segurança Pública e Social – UFF/CEDERJ.** RJ: Autografia, 2024.

KANT DE LIMA, Roberto. “Antropologia Jurídica”. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Antropologia e Direito: **Temas antropológicos para estudos jurídicos.** Rio de Janeiro/Brasília, 2012.

KANT DE LIMA, Roberto. **A Antropologia da Academia: quando os índios somos nós.** Niterói, EDUFF, 2011.

KANT DE LIMA, Roberto. EILBAUM, Lucía. PIRES, Lenin. Apresentação. **Conflitos, Direitos e Moralidades em Perspectiva Comparada**, Vol.1. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2010.

KANT DE LIMA, Roberto. Apresentação. In: MIRANDA, Ana Paula Mendes de, Lima, Lana Lage da Gama (Org.). **Políticas Públicas de Segurança, informação e análise criminal.** Col. Antropologia e Ciência Política, V.1, Niterói: EDUFF, 2008, p.15-25.

KANT DE LIMA, Roberto. Éticas e identidades profissionais em uma perspectiva comparada. In: Ceres Vitoria; Ruben Oliven; Maria Eunice Maciel & Ari Pedro Oro. (Org.). **Antropologia e Ética: O debate atual no Brasil.** 1.ed. Niterói: EDUFF, 2004, p. 73-77.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 45-124, 2000.

MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2010, v. 35, n. 2: 89-107

MITCHELL, Timothy. Society, economy and the state effect. In: STEINMETZ, George (ed.). State/Culture. State-formation after the cultural turn. New York: Cornell University Press, 1999. p.76-97

PIRES, Lenin. Arreglar não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires e Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia) - UFF - Programa de Pós-Graduação em

Antropologia, Niterói, 2010.

RODRIGUES, Eduardo. O. Sociedade dos Esquemas: uma etnografia sobre candidatos à carreira policial militar no subúrbio carioca. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia. 2022

SILVA, Edilson Marcio Almeida da. Quanto vale a liberdade? A antropologia da academia, 40 anos depois. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, v. 57, n. 1, 2025.

SILVA, Gabriel Borges da. “Quantos ainda vão morrer eu não sei”: o regime do arbítrio, curtição, morte e a vida em um lugar chamado de favela. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SILVA, Robson Rodrigues da. **Entre a caserna e a rua: o dilema do “Pato”**. Uma análise antropológica da instituição policial militar a partir da Academia de Polícia Militar D. João VI. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2011.